



## OPINIÃO

# Consumo inconsciente. Quem ganha com isso?

**JOANA BICALHO**

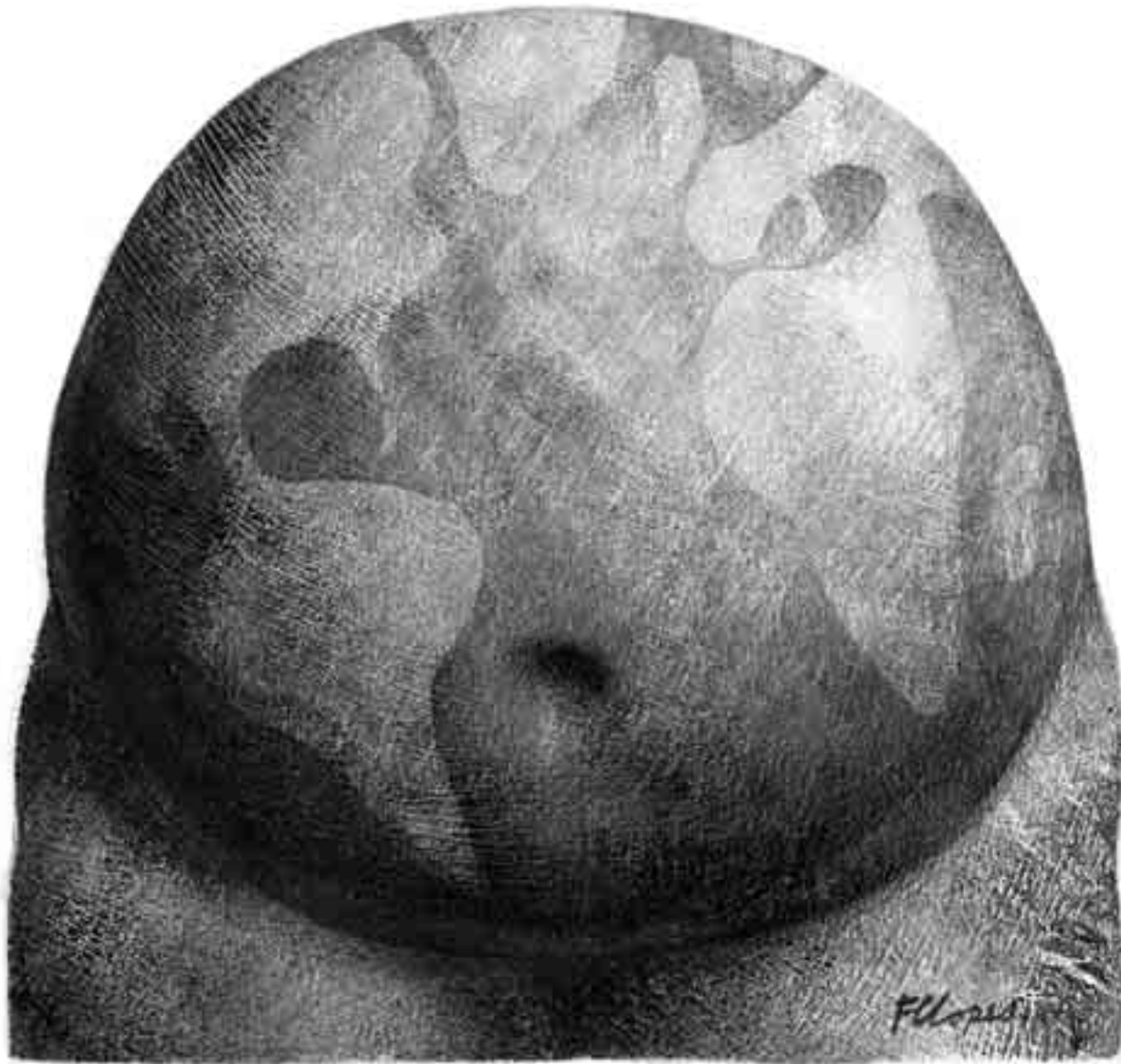
 Professora do UniCEUB e da UnB  
 joanabicalho@uol.com.br

**D**e forma crescente, a mídia vem divulgando dados relacionados às perdas muitas vezes irrecuperáveis no meio ambiente natural. A capacidade de reposição de água potável pela natureza é bem menor do que as necessidades de consumo, em várias partes do planeta. A Organização das Nações Unidas aponta que, em 20 anos, duas entre cada três pessoas ou não terão água para consumir, ou a água será de má qualidade, comprometendo a saúde. Como efeito da poluição do ar, presencia-se o aquecimento global. A saúde física e mental das pessoas é ameaçada pela urbanização acelerada, pelo adensamento populacional dos grandes centros e pela grande desigualdade social.

O modelo de desenvolvimento que vivemos estimula o consumo inconsciente, especialmente nas classes sociais de maior poder aquisitivo, gerando imensas pressões sobre o meio ambiente. E o consumismo insaciável de satisfação imediatista é a principal causa da degradação ambiental.

No final do último século, a conservação do meio ambiente passou a receber mais atenção e adquiriu mais importância, norteados por empresas, comunidade e autoridades graças a um aumento da consciência da sociedade acerca das consequências da degradação ambiental. Diversos foram os encontros nacionais e internacionais que são utilizados ainda hoje como importantes referências nos projetos, propostas de trabalho, programas e encontros que visam à ampliação da consciência acerca da relação homem versus meio ambiente.

A proposta do momento é o desenvolvimento sustentável, por meio do qual se atenderiam às necessidades do presente sem comprometer o direito das futuras gerações de atender a suas próprias necessidades. E as empresas são atores representativos no processo. A retirada descontrolada de insumos da natureza, sem considerar a capacidade de reposição e o descarte de restos indesejados — processos marcados pelo desperdício —, pressionam os ecossistemas de maneira tal que trazem à reflexão a responsabilidade social e ambiental que elas devem ter como compensação ao acúmulo de riquezas e ao poder que exercem. Poder exige responsabilidades, que vão além de leis e regulamentos: trata-se de devolver, de forma justa, o excesso retirado, mantendo ao mesmo tempo uma conduta ética que concilie



os objetivos da organização com os da sociedade.

São antigas as recomendações de zelo à iniciativa privada: em 1968, é formado o Clube de Roma e, quatro anos depois, publicado o relatório *Os Limites do Crescimento*, alertando sobre o caos futuro se não houvesse modificações nos modelos de desenvolvimento econômico. Modelos esses que estimulam o acúmulo de bens e capital a qualquer custo, sem levar em consideração o custo ambiental desse modo de vida insustentável.

Vinte e sete países tiveram seus representantes na Conferência de Estocolmo, também em 1972, para uma reunião sobre meio ambiente, que gerou um documento com 26 princípios em relação às principais questões de destruição do planeta. Em 1974, a Holanda realiza o Primeiro Congresso Internacional de Ecologia, alertando sobre a redução da camada de ozônio e suas consequências. Em 1975, é publicada a *Carta de Belgrado*, documento que marca a evolução do ambientalismo em todo o mundo.

A Conferência Rio 92, realizada no Rio de Janeiro, e a Rio+10, em 2002, em Johannesburg, foram importantes marcos históricos na discussão mundial sobre o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, fruto da Rio 92, cobra posturas e resultados. Cobra uma Agenda Regional e sugere a Agenda 21 Empresarial. Ela define importantes papéis na relação meio ambiente versus empresa: propõe o estabelecimento de apoio recíproco entre comércio e meio ambiente (capítulo 2); a mudança dos padrões de consumo (capítulo 4); a integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões (capítulo 8); bem como o fortalecimento do papel do comércio e da indústria com promoção de uma produção mais limpa e com responsabilidade empresarial (capítulo 30).

A Constituição Federal é mais um sinal do aumento de consciência acerca do tema: a primeira Constituição de uma nação a possuir um capítulo inteiro sobre meio ambiente (art. 225). Além da Constituição, temos várias leis, como a Lei de Crimes Am-

bientais (9.605/1998), a Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/1981 e 10.165/2000) e a Lei de Controle e Fiscalização da Poluição (9.966/2000), entre outras. A exigência do EIA (Estudo de Impacto Ambiental), que deve ser submetido aos órgãos ambientais e à coletividade em geral, passou a ser obrigatória para o licenciamento de empreendimentos que causem impacto no meio ambiente, desde 1986 (Resolução Conama 01/86).

Mas o fato é que, mesmo possuindo ampla legislação, pouco se tem avançado em relação à proteção e conservação do meio ambiente, seja por desconhecimento por parte da população, seja por falta de fiscalização e agilidade dos órgãos competentes. E a natureza não consegue se recompor na mesma velocidade da retirada de insumos para produção. Teoricamente, cada vez mais, imprensa, escola, organismos e instituições voltam-se para a construção do valor meio ambiente e cidadania. É preciso, entretanto, avançar do discurso das conferências, colocando em prática as suas recomendações.

## Pró-Cidade é visão de futuro

**TADEU FILIPPELLI**

Deputado federal (PMDB-DF) e secretário de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano

**O**Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem sido parceiro exemplar do governo do Distrito Federal. Ao mesmo tempo em que estamos concluindo a execução de programa amplo de saneamento básico — com recursos da ordem de US\$ 260 milhões — e negociando um projeto para profunda reestruturação do transporte coletivo — com investimentos da ordem de US\$ 246 milhões —, novo aporte de recursos para o desenvolvimento e a geração de empregos no Distrito Federal já se vislumbra no horizonte.

No início do mês, apresentamos à direção do BID, em Washington, solicitação de recursos financeiros para a implantação de infra-estrutura em áreas de expansão urbana, em diversas regiões administrativas do DF. O projeto tem o nome de Programa de Infra-Estrutura e Saneamento Básico em Áreas de Expansão Urbana (Pró-Cidade) e prevê a aplicação de recursos da ordem de US\$ 57 milhões, 70% provenientes do BID e 30% do Tesouro local.

O objetivo de investir em áreas de desenvolvimento econômico é justamente o de buscar o equilíbrio entre oferta de emprego e habitantes nas cidades do Distrito Federal. Essa proporção é extremamente perversa para com os moradores de todas as localidades, exceto Plano Piloto. Em números redondos, uma cidade como Ceilândia, por exemplo, chega a ter seis habitantes para cada emprego gerado na própria localidade. No Plano Piloto, a proporção é inversa: cada habitante tem à sua disposição duas ofertas de emprego na região.

O fenômeno subsequente, que todos nós conhecemos tão bem, é o enorme fluxo de pessoas entre as cidades e o Plano Piloto, deslocando-se de suas residências para os locais de trabalho. A consequência disso é a sobrecarga do trânsito, estresse, alto consumo de combustível e perda da qualidade de vida. O que se busca com investimentos nas áreas de expansão urbana é justamente levar os empregos para perto de onde residem os cidadãos.

A idéia de um financiamento através do BID para viabilizar os recursos financeiros para tal empreitada surgiu durante o sobrevôo que fizemos com técnicos do banco em áreas contempladas com o programa de sanea-

mento básico, atualmente em fase de conclusão. Numa avaliação preliminar, consideraram que o aporte de recursos nessas áreas de expansão urbana serviria para estimular o desenvolvimento nessas cidades, que antes foram assentamentos e hoje se encontram em fase de consolidação e urbanização.

Por determinação do governador Roriz começamos a elaborar as primeiras propostas que, num prazo de aproximadamente 45 dias, já estavam em condições de serem submetidas à apreciação do BID. Pelo perfil do atual projeto, que chega a ser uma complementação do programa de saneamento básico, acreditamos que as negociações serão bem mais ágeis, durando cerca de seis meses, e a execução das obras ocorrerá no prazo de dois anos.

Trata-se, como se pode perceber, de projeto para ser iniciado neste governo e concluído no próximo. Mas acreditamos que os grandes projetos, voltados para a geração de empregos e renda, com potencial para beneficiar regiões menos desenvolvidas e com repercussões positivas para todo o Distrito Federal, não pertencem a um governo e, muito menos, a um partido ou grupo político. O que faz a diferença dos estadistas para meros governantes é jus-

tamente a capacidade de aqueles possuem de investir no futuro, porque têm visão e sensibilidade para captar os problemas antes que se tornem realidade.

Foi assim com a implantação do metrô do Distrito Federal, que nos rendeu estridentes críticas dos nossos opositores. Hoje não se consegue mais conceber Brasília sem o metrô, ao mesmo tempo em que se tornaria inviável implantá-lo agora. O próprio programa de saneamento básico que permitiu a urbanização de cinco cidades, além de outros benefícios, atravessou mais de um governo até chegarmos à fase atual de conclusão. Esse mesmo projeto vem sendo bastante elogiado pelo BID e tem sido citado pelo banco como referência a seus clientes em diversos países.

O Pró-Cidade é projeto que beneficia população de baixa renda, valoriza o investimento de micros e pequenos empresários de quinze regiões do Distrito Federal, com capacidade para atender cerca de 1,5 milhão de habitantes e potencial para a geração de cem mil empregos. Temos convicção de que o governador Roriz, mais uma vez, demonstra visão administrativa e comprometimento com os interesses do Distrito Federal.

## O Imposto Cidadão

**PAULO OCTÁVIO**

Senador do Distrito Federal pelo PFL

**E**ntre as reformas indispensáveis para a salvação do país, livrando-o dos sucessivos escândalos políticos que abalam as nossas instituições e ameaçam contaminar nossa economia, está, sem dúvida, a reforma política. Uma reforma que contemple a fidelidade partidária, a proibição de reeleição e o fortalecimento dos partidos, com contabilidade transparente. E contemple também as eleições unificadas, como propõe Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, apresentada em 1999 e em tramitação na Câmara dos Deputados.

A segunda reforma indispensável para o nosso país romper a barreira do subdesenvolvimento é a reforma tributária. Uma reforma que faça com que o imposto cumpra sua função social, em que muitos paguem pouco, e não como atualmente, quando poucos pagam muito. Mas uma reforma profunda, que compreenda o pacto federativo, em que a União, estados e municípios cedam hoje para ganhar amanhã, conforme outra proposta — o Imposto Cidadão — apresentada em 24 de março do ano passado.

O que é o Imposto Cidadão? É um imposto que acaba com o IPI, com o ITR, com a Cofins, com o PIS. Dá fim a toda essa parafernália de contribuições e penduricalhos que tanto oneram a folha de salários, o faturamento, o lucro líquido das empresas, bem como os salários e ganhos dos trabalhadores.

Um imposto — explique-se — que todos pudessem pagar e que, em função dele, não tivéssemos que guardar papéis pelo resto da vida. Enfim, um imposto simples. Uma obrigação tributária a ser cumprida com a contribuição dos avançados bancos brasileiros, Na emissão de cada cheque, cada ordem de pagamento, a rede bancária providenciaria ao governo o meio de arrecadar o que lhe é devido. Com isso, não tenho dúvida de que a proposta do deputado Marcos Cintra, que, por sinal, já está bem avançada na Câmara dos Deputados — a PEC nº 474, de 2001 — eliminaria essa discussão constante sobre tributos. Ao contrário, teríamos todos os brasileiros dando a sua contribuição.

Hoje, o que vemos é que somente 50% dos brasileiros pagam impostos. Os assalariados são os que mais pagam. Brasília, para se ter uma idéia, é a cidade que, proporcionalmente, paga mais imposto no país. Os trabalhadores e os funcionários públicos não têm como sonegar: eles são tributados quando recebem os seus salários. Por isso, Brasília, apesar de ser uma economia ainda incipiente, nova, é uma das maiores contribuintes de imposto em todo o Brasil.

Sempre, em todos os cálculos que a gente faz — como na conversa que recentemente o senador Jefferson Péres e eu tivemos na Receita Federal — a preocupação de todos quantos lutam pela simplificação tributária é demonstrar que não queremos que a Receita deixe de arrecadar. Temos que manter o mesmo nível de arrecadação que a Receita tem hoje. Mas, não tenho dúvida de que, com uma contribuição de 3% de cada cheque emitido, teríamos a mesma arrecadação e poderíamos, o que é mais importante, incentivar a criação de milhares de novas empresas. O empresário brasileiro hoje está inibido. Ele não abre empresas com medo de ser taxado. Tem medo da confusão tributária a que o senador Tasso Jereissati se refere. Nenhum empresário entende o sistema tributário brasileiro, o que é muito ruim, porque afasta os que têm condições de gerar empregos mediante a criação de empresas.

No momento em que o Brasil mais precisa de empregos, a cada dia que passa estamos, em vez de simplificar, complicando o nosso sistema tributário. Isso faz com que os contabilistas tenham as maiores dificuldades em fechar um balanço. Os empresários pequenos não entendem o que estão pagando, começando assim a sonegar.

Por isso, pedimos, mais uma vez ao Brasil que reflita sobre o sistema tributário que deseja. Podemos inovar, as propostas estão tramitando — uma, na Câmara dos Deputados, a outra, no Senado Federal —, todas buscando a simplificação tributária. Precisamos desamarrar os nós que prendem a nossa economia. Quanto menos o governo atrapalhar a iniciativa privada, mais e mais este país se desenvolverá e gerará renda e empregos. Em outras palavras: qualidade de vida para o nosso povo.